

ATA Nº 177

Aos três dias do mês de junho de dois mil e quinze, às oito horas e trinta minutos, na Secretaria de Assistência Social, na Rua João Rodrigues Martins, reuniu-se extraordinariamente o Conselho Municipal de Assistência Social, sob a presidência de Alcimara Bosa Pereira, sob auxílio da secretária executiva Josiane de Oliveira Valgas,

sendo que estiveram presentes os seguintes representantes: Alcimara Bosa Pereira (Secretaria de Indústria e Comércio), Vanderléia Batista da Silva (Trabalhador do Setor), Maurício Carneiro (Secretaria de Obras), Marilene Mendes Vicente (usuária da política de assistência social), Maria Ivonete Romualdo (Secretaria de Educação), Mara Pereira (Secretaria de Assistência Social), Graça Luz da Silva (Trabalhador do Setor), Maria da Glória Flôr Corrêa (Secretaria de Saúde), Rosa Machado Silveira (CEACA). Ainda esteve presente: Ronaldo Gomes. Inicialmente a secretária executiva passou a palavra para o profissional Ronaldo esclarecer sobre as prestações de contas do governo federal do ano de dois mil e quatorze. Este informou que o Serviço de Proteção Social à Família obteve o valor para custeio de R\$ 147.507,85 para ser executado na política de assistência social, tendo somente sido utilizado o valor de R\$ 94.595,66, sendo que o valor a ser reprogramado será de R\$ 52.912,19. Quanto ao Projovem Trabalhador o valor disponibilizado para custeio foi de R\$ 6.466,97, sendo que não houve nenhuma despesa. Ainda com relação ao projovem o valor disponibilizado para custeio foi de R\$ 15.898,16, sendo que não houve nenhuma despesa. Em relação ao Piso de Média Complexidade o valor disponibilizado para custeio foi de R\$ 30.232,76, tendo como despesas no corrente ano o valor de R\$ 24.495,30, sendo que o valor a ser reprogramado será de R\$ 5.737,46. Quanto ao IGD Bolsa Família o valor disponibilizado para o custeio é de R\$ 40.784,39, tendo somente sido utilizado o valor de R\$ 9.286,31, sendo que o valor a ser reprogramado será de R\$ 31.818,60. Quanto ao IGD SUAS Índice de Gestão Centralizada II, o valor disponibilizado para o custeio é de R\$ 11.098,47, tendo sido somente utilizado R\$ 8.035,03, sendo que o valor a ser reprogramado será de R\$ 3.063,44. Em relação a criança e adolescente o valor disponibilizado para custeio é de R\$ 30.496,21, sendo que não houve nenhuma despesa. Quanto ao recurso para Piso fixo de média complexidade II o valor disponibilizado para custeio é de R\$ 1.610,00, sendo que não houve nenhuma despesa. Quanto ao piso de média complexidade III o valor disponibilizado para custeio é de R\$ 26.080,06, tendo como despesa o valor de R\$ 1.000,00, sendo que o valor a ser reprogramado será de R\$ 25.080,06. Em relação ao ACESSUAS o valor disponibilizado para custeio é de R\$ 21.969,35, sendo que não houve nenhuma despesa. Quanto ao BPC na escola o valor disponibilizado para custeio é de R\$ 967,92, tendo como despesa o valor de R\$ 567, 18, sendo que o valor a ser reprogramado será de R\$ 400,74. Ainda sobre o BPC, valor disponibilizado para custeio foi de R\$ 1.010,89, sendo o recurso utilizado no seu valor total. Quanto ao Piso de transição média complexidade o valor disponibilizado para custeio foi de R\$ 17.323,41, sendo que não houve nenhuma despesa. Quanto ao Piso de Alta Complexidade – API o valor disponibilizado para custeio é de R\$ 964,29, sendo que não houve nenhuma despesa. Quanto ao Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, o valor disponibilizado para custeio é de R\$ 92.076,78, tendo como despesas o valor de R\$ 21.341,04, sendo que o valor a ser reprogramado será de R\$ 70.735,74. E quanto ao PETI/BOLSA o valor disponibilizado para custeio foi de R\$ 1.271,40, sendo que não houve nenhum valor gasto. E por último, o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos o valor disponibilizado para custeio foi de R\$ 175.221,08, tendo sido somente utilizado o valor de R\$ 81.317,16, sendo que o valor a ser reprogramado será de R\$ 93.903,92. Por fim, todos os (as) conselheiros (as) aprovaram as prestações de contas apresentadas pelo profissional Ronaldo do ano de 2014. Este também lembrou que a gestão deverá colocar no sistema do MDS sobre o demonstrativo financeiro apresentado, e posteriormente o parecer do Conselho. O conselheiro Maurício questionou sobre os profissionais efetivos desta Secretaria pagos através do Fundo Municipal de Assistência Social, já que são pagos

com recurso do governo federal até 60% sobre os seus salários. E com relação aos recursos federais que não foram utilizados na política de assistência social, foi esclarecido por duas conselheiras que houve projetos em âmbito do CRAS e CREAS no ano de dois mil e quatorze, mas não houve o gasto de todo o recurso disponibilizado. O Conselho deliberou por encaminhar ofícios a Secretaria de Assistência Social para esclarecimentos. Nada mais a se tratar encerrou-se a reunião e eu Josiane de Oliveira Valgas lavrei a presente ata que segue assinada pelos demais.